



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA ESTADO DE MINAS GERAIS

Projeto de Lei Nº 061 /2018

Dispõe sobre as placas comemorativas da inauguração de obras públicas municipais de qualquer natureza.

Art. 1º As placas comemorativas de inauguração de obras públicas de qualquer natureza ou alusivas a implementação de serviços públicos, executado pelo poder executivo municipal, farão menção, obrigatoriamente aos vereadores da legislatura atual.


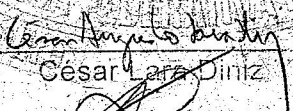
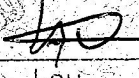
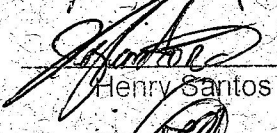

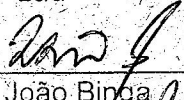


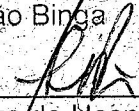


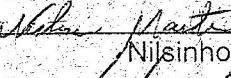


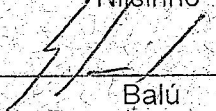

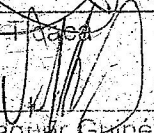
Parágrafo Único Obrigatoriamente todas as placas deverão ter os nomes dos Vereadores da legislatura atual completo – nome parlamentar

Art. 2º A Administração Pública do município de Santa Luzia, será obrigada a cumprir no âmbito de suas competências a regra estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º A inobservância do disposto nesta Lei implicará na confecção e fixação de nova placa cujas as despesas serão custeadas pela autoridade responsável pela execução conclusivas das obras.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Luzia 07 de Março de 2018

 Andre Leite	 César Lara Diniz	 Lau
 Henry Santos	 Ivo Melo	 João Binca
 Ze Claudio	 Marcelino	 Luiza do Hospital
 Márcio Ferreira	 Neylor Capral	 Nilsinho
 Paulo Bigodinho	 Tóca	 Balú
 Suzane Duarte	 Wagner Guiné	



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Justificativa

Como de hábito, no Brasil, os administradores públicos, quando da inauguração de obras ou implantação de serviços, promovem a instalação de placas comemorativas fazendo referência, apenas, a data de sua inauguração e ao governo que se encontram no exercício naquela respectiva ocasião.

O que propomos é uma forma de se fazer justiça de se combater "apropriação indebita" dos louros de uma conquista — algo muito usual da indisciplinada cultura política brasileira — mediante a obrigatoriedade do registro da gestão que efetivamente contribuiu para concretização destes feitos administrativos.

Sim, o problema das práxis políticas exclusivistas e personalistas é denso e enraizado. Todavia, acredito que essa simples medida, mercê de imposição legal, ajudará a boa relação do poder executivo e legislativo com a história e com a verdade.